



Projeto de Lei n. 53/2025

DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO DOS CUSTOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) PELO AGRESSOR ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE VARGINHA.

O Povo do Município de Varginha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal,

APROVA:

Art. 1º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada pelos órgãos e entidades competentes, sendo de responsabilidade do agressor o ressarcimento aos cofres públicos municipais nos seguintes termos, com base na Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (conhecida como Lei Maria da Penha):

I – Todo aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial à mulher em situação de violência doméstica ou familiar, fica obrigado a ressarcir integralmente os custos decorrentes do atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com base na tabela dos serviços utilizados para o total tratamento.

Parágrafo Único. Os recursos assim arrecadados serão recolhidos ao Fundo Municipal competente, nos termos do que dispõe Lei Federal nº 13.871, de 17 de setembro de 2019, que alterou a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Art. 2º O ressarcimento previsto nesta Lei não poderá, em nenhuma hipótese, gerar ônus financeiro para a vítima de violência doméstica ou seus dependentes.

Art.3º As despesas administrativas e operacionais para execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art.4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Varginha, em 18 de junho de 2025.


Alexandre Prado
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE VARGINHA/MG

Praça Governador Benedito Valadares, nº11, Centro. 37002-020, Varginha – MG
E-mail: camara@varginha.mg.leg.br | Site: varginha.mg.leg.br | (35) 3219-4757

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade regulamentar, no âmbito municipal, a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher, em conformidade com a Lei Federal nº 13.871, de 17 de setembro de 2019, que alterou a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

A violência doméstica, além de violar direitos humanos fundamentais, impõe altos custos financeiros ao Sistema Único de Saúde (SUS) e aos cofres públicos, que atualmente arcam integralmente com o atendimento médico, psicológico, hospitalar e até com a oferta de dispositivos de segurança às vítimas.

A medida proposta busca corrigir essa distorção ao determinar que o agressor arque com os custos gerados por sua conduta criminosa, sem que esses recaiam sobre a vítima ou sobre a coletividade.

Exemplo concreto dessa iniciativa já está sendo observado no Estado de Minas Gerais: o Município de Araguari iniciou, de forma pioneira, a cobrança efetiva dos agressores pelos custos do SUS e dos equipamentos de segurança pública utilizados no atendimento e proteção das vítimas de violência doméstica. Essa política municipal é considerada um avanço na responsabilização dos autores e na desoneração do sistema público.

Diante da relevância da matéria, solicitamos o apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste projeto, que representa um passo significativo no enfrentamento à violência doméstica e na construção de uma sociedade mais justa e segura.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Varginha, em 18 de junho de 2025.



Alexandre Prado
Vereador